

**A SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL E EVENTUAIS
INCIDÊNCIAS EM ANGOLA**

Alves da Rocha
Professor Associado da Universidade Católica de Angola
Director Académico do Centro de Estudos e Investigação Científica da UCAN
alves.ceic@ucan.edu

A situação económica internacional tem-se deteriorado no decurso de 2008, levantando problemas, não apenas às maiores economias do mundo, mas, igualmente, a países como Angola, que, a despeito de indicações excelentes do crescimento do PIB, dependem muito das suas exportações de produtos de base, directamente indexadas aos ritmos de variação da produção mundial.

Pelas informações divulgadas pelos mais importantes organismos internacionais, espera-se uma forte atenuação do crescimento económico mundial em 2008, estimada em quase um ponto percentual, relativamente a 2007. As projecções divulgadas em Julho pelo Fundo Monetário Internacional apontam para uma taxa de variação do PIB mundial em 2008 de 4,1%, para a qual a China, a Índia, a Rússia e o Oriente Médio dão um forte contributo.

Depois de se ter especulado sobre o comportamento da ainda maior economia do mundo e da sua entrada num processo de recessão económica – na melhor das hipóteses, de estagnação com inflação – parece que este cenário se encontra, momentaneamente, adiado. Têm sido efectuadas correcções em alta do crescimento económico americano: duma previsão de 0,5% estabelecida em Abril, para um valor de 1,3% em Julho. Como quer que seja, a tendência é para a atenuação do crescimento económico nos Estados Unidos: 2,9% em 2006, 2,2% em 2007, 1,3% em 2008 e 0,8% no próximo ano.

A União Europeia apresentou, durante o segundo trimestre de 2008, sintomas preocupantes de estagnação económica como há já muito tempo se não registava. Alguns economistas afirmam mesmo estar-se perante um cenário de estagflação, haja em vista a taxa de -0,2% de variação do PIB comunitário e a taxa de inflação de 4,1%, registadas nesse período. As maiores economias do espaço único europeu debatem-se com problemas de dinamização da actividade económica. A Alemanha – a maior economia europeia e o terceiro exportador mundial – apresentou uma taxa negativa de crescimento do PIB, estimada em 0,5%, enquanto que a França (a segunda maior economia da União Monetária) viu o nível geral da actividade económica interna regredir 0,3%. A Espanha – talvez a economia do espaço da moeda única mais dinâmica dos últimos anos, com uma taxa média de variação do PIB em redor dos 3,5% - começa a debater-se com problemas de estagnação económica, traduzida numa taxa de variação do PIB de 0,1% no período considerado. No entanto, a sua política económica dispõe de uma razoável margem de manobra conferida pelos excedentes orçamentais registados nos anos mais recentes, que lhe ai permitir accionar a política fiscal como estímulo da recuperação económica, respeitando os limites impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia.

A China, que tão bem se tem aproveitado da globalização da economia, pode vir a experimentar dificuldades no futuro, devido ao aumento dos custos internacionais dos

transportes, induzido pelo comportamento altista do preço do barril do petróleo desde 2000 (tem-se vindo a notar um abrandamento das suas exportações de bens mais sensíveis aos custos de transporte para os Estados Unidos)

Mas a provável atenuação do crescimento económico chinês – para além da influência significativa da diminuição das exportações chinesas para os Estados Unidos e os restantes países – poder-se-á dever, também, ao incremento nos custos internos de produção, puxados pela forte incorporação do petróleo como matéria-prima energética, pela pressão dos salários – reclama-se uma melhoria salarial que corresponda ao estatuto económico alcançado pelo país – e pela inflação interna, que, deixando de ser administrativamente controlada, apresenta sintomas de subida. Se o crescimento económico chinês se atenuar, as exportações angolanas de petróleo poderão diminuir, implicando consequências diversas sobre a nossa capacidade financeira geral, na base da qual se tem impulsionado o investimento público, o investimento privado e as importações de bens intermédios e de capital.

A crise do crédito hipotecário de elevado risco desencadeou-se nos Estados Unidos há cerca de 3 anos, mas os seus sintomas mais perversos começaram a aparecer no final de 2007. A crise financeira americana – que se poderá espalhar pelas principais economias ainda no decurso de 2008 – não foi revertida pelas intervenções concertadas dos Bancos Centrais da União Europeia, Estados Unidos, do Reino Unido, da Suíça e do Canadá, com as poderosas injeções de liquidez durante o mês de Novembro de 2007¹. Apesar disso, o crédito continuou a apresentar um comportamento em baixa e de grande incerteza e as taxas de juro voltaram a dar sinal de alerta. O pior desta crise do *sub-prime* americano poderá, no entanto, acontecer em 2009, com a extensão das falhas de pagamentos ao crédito imobiliário comercial e automóvel, assim como aos derivados que poderão envolver o valor astronómico de 600 mil milhões de dólares. O resultado poderá ser uma correcção em baixa de cerca de 18% nas bolsas americanas. Assim, o comportamento do consumo privado poderá ser a única esperança para se evitar a recessão económica americana, já que representa 72% do PIB dos Estados Unidos. A dúvida estará em se saber como o consumo privado irá reagir ao aperto do crédito, que, tudo indica, prevalecerá durante o corrente ano e às pressões inflacionistas derivadas da alta do preço dos combustíveis e das *commodities* de origem agrícola.

Muito recentemente, Kenneth Rogoff – ex-economista chefe do Fundo Monetário Internacional entre 2001 e 2003 e professor de Economia na Universidade de Harvard – veio confirmar que a crise do crédito imobiliário está para durar nos Estados Unidos, com uma perda estimada em mais de 500 mil milhões de dólares para os Bancos até Julho do corrente ano e onde o pior irá ocorrer em 2009. Alguns prestigiados economistas estrangeiros defendem que uma forma de se atacar este problema passaria pela nacionalização das maiores *mortgage-finance companies* americanas e pela assunção das correspondentes perdas pelos seus accionistas, que teriam averbado excepcionais lucros especulativos no decurso dos últimos anos.

Os efeitos desta crise do crédito imobiliário não se reflectirão directamente em Angola – devido à sua posição periférica internacional – mas os bancos em actividade no mercado nacional têm rodeado a concessão de crédito imobiliário de maiores cautelas, devido aos sinais de incumprimento de muitos dos tomadores de empréstimos para aquisição de casa própria ou para construção de complexos habitacionais. A intensificação da oferta de casas de padrão médio e o aparecimento futuro de um mercado habitacional secundário – num contexto de consolidação do crescimento e da

¹ Os especialistas argumentam, no entanto, que se trata de operações de emergência incapazes de resolver o problema de fundo que é a falta de confiança. Os bancos não emprestaram dinheiro nas quantidades anteriores e necessárias para a retoma económica por falta de confiança e as taxas de juro subiram.

estabilização macroeconómica – irá, com toda a certeza, corrigir para baixo os custos, exageradamente especulativos, de transacção dos imóveis.

Como corolário desta crise do crédito imobiliário e das pressões de natureza inflacionista, nos Estados Unidos, na União Europeia e na China, é muito provável que as taxas de juro internacionais subam. No espaço europeu, o respectivo Banco Central continua com a sua política de juros altos para controlar a subida do índice geral dos preços, a despeito de uma forte componente importada da inflação europeia, emprestada pela subida do preço do petróleo desde 2002. Nos Estados Unidos, parece impossível baixar as taxas de juro para menos de 2%, o seu nível actual. Este valor foi determinado pela crise do crédito imobiliário e pela necessidade de se incentivar o investimento e o consumo privados. Mas, perante as ameaças inflacionistas actuais, a Reserva Federal Americana está sendo pressionada para aumentar as taxas de juro internas, do que se espera uma valorização do dólar face à moeda única europeia e a outras moedas de reserva internacional.

Se assim for, as consequências far-se-ão sentir em Angola. Por um lado, os empréstimos externos tornar-se-ão mais caros, com reflexos sobre o serviço da dívida e as taxas internas de rendibilidade dos investimentos domésticos. Por outro, face a uma poupança interna ainda insuficiente, os bancos nacionais terão de se *abastecer* nos mercados internacionais e, conseqüentemente, *vender* o dinheiro a um preço mais elevado. A actividade produtiva interna poderá, assim, experimentar uma ligeira retracção, de resto antecipada no Relatório Económico da Universidade Católica e, também, pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A crise do petróleo é outro dos elementos influentes no comportamento da economia mundial. Paul Krugman, usando o valor da elasticidade do comércio em relação aos custos de transporte (o incremento de uma unidade nos custos de transporte, o comércio internacional diminuiu em três unidades), estima, num artigo recente no New York Times, que pode ocorrer uma quebra de cerca de 17% no comércio internacional, em relação aos níveis de 2000, se o preço do petróleo continuar em patamares próximos do intervalo 120-130 dólares o barril. Se, pelo contrário, o preço chegar aos 150 dólares por barril, a quebra no comércio internacional será mais dramática, porquanto o frete poderá aumentar mais de 40% em relação aos preços dos fretes em 2000. A quebra no volume das trocas internacionais poderia chegar, então, aos 23%, em relação aos níveis do início de presente século.

Este é um cenário que representa o regresso ao período dos dois choques petrolíferos entre 1974 e 1986, quando as exportações diminuíram em relação ao PIB mundial.

Como consequência do disparo do preço do petróleo desde 2000, os fretes entre a China e os Estados Unidos quase triplicaram.

Estas dinâmicas de transformação do comércio internacional poderão levar a uma próxima inversão do processo de deslocalização das actividades económicas, de que a China se beneficiou amplamente. Os especialistas prevêm que o *nearshoring*, ou seja, a deslocalização para regiões próximas dos clientes, possa ganhar força no futuro, num contexto de agravamento dos custos de transportes de longo curso.

A Europa fechar-se-á, intensificando e alargando a integração europeia – apesar dos problemas políticos actuais com a Rússia, um cenário possível de *nearshoring* europeu é o do alargamento da Europa do Atlântico aos Urais.

No continente americano, a NAFTA poderá ganhar novos impulsos políticos e, mesmo, a ALCA poderia ser incentivada.

No continente africano, este, eventual, movimento de autarcia económica com integração regional de proximidade poderá apressar a formação de Uniões Aduaneiras

nos espaços existentes, determinando, em decorrência, que Angola teria de acelerar o seu processo de reformas e reconstrução económica e, sobretudo, de o modernizar, com elevação da produtividade e musculação da competitividade.

Por todas estas implicações económicas internacionais – com o sempre inerente conteúdo político – é que se acredita que o preço do petróleo se venha a estabilizar em níveis próximos dos 90 dólares por barril, mesmo assim elevados para os países africanos dependentes da importação desta matéria-prima energética e, coincidentemente, dos mais pobres no mundo.

É ainda neste contexto de crise petrolífera que se têm colocado, com grande incisão, os estudos e as estratégias das novas energias – biocombustíveis – das energias renováveis – solar e eólica, fundamentalmente – e da energia nuclear. Na verdade, a estabilização do preço do petróleo em níveis economicamente rentáveis e socialmente toleráveis depende da quantidade das respectivas reservas internacionais. E sobre esta matéria os pontos de vista são muito diferentes. A falta de transparência dos Governos dos países produtores e até das multinacionais do petróleo – para quem preços altos equivalem a lucros excedentários significativos – contribui para um desconhecimento real do que se poderá passar no futuro. Mesmo a Agência Internacional de Energia não consegue aceder a informações que permitam apresentar cenários credíveis de evolução dos preços e da produção.

Luanda, 21 de Agosto de 2008.